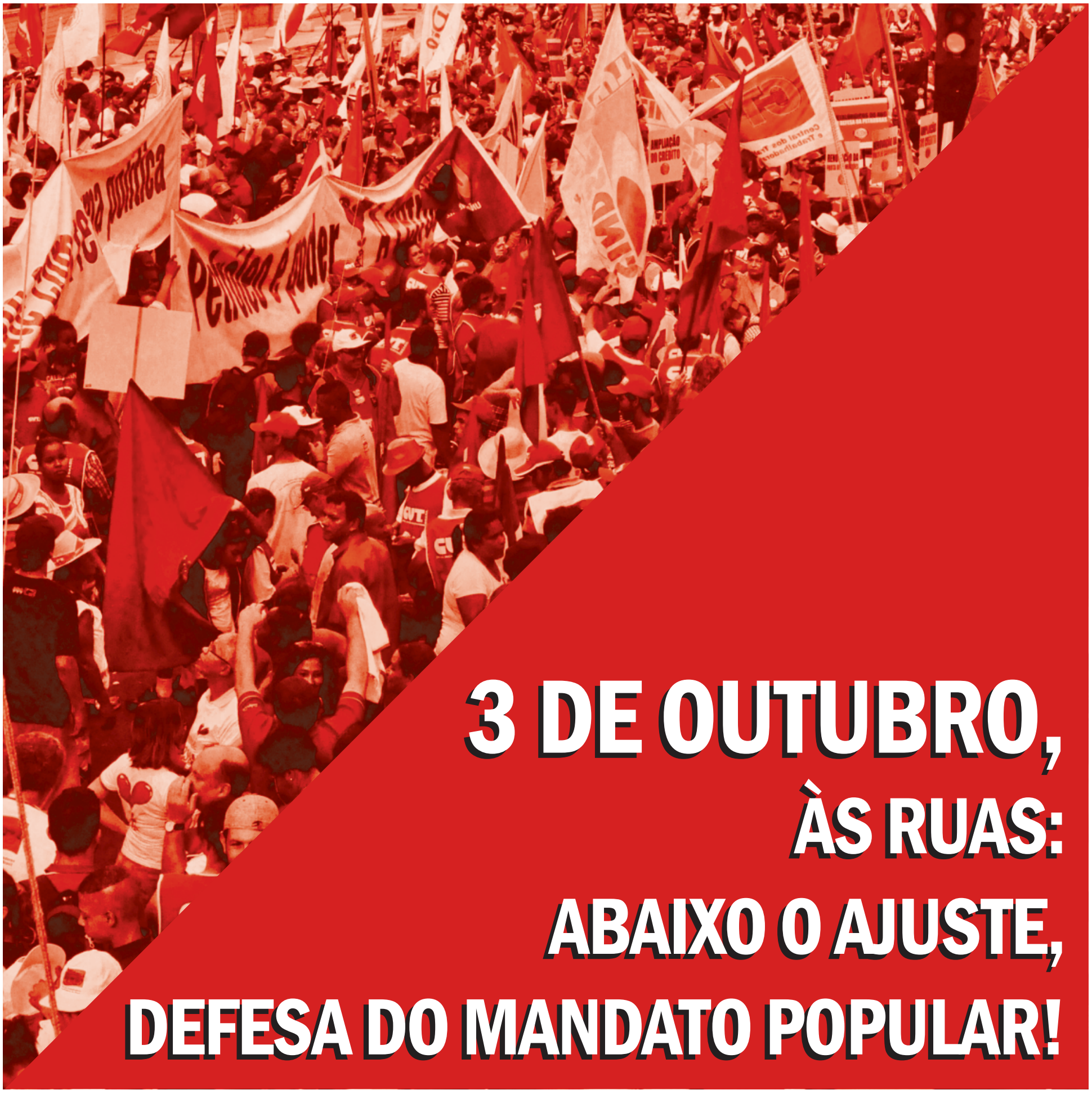
# O TRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores – Seção Brasileira da 4ª Internacional | www.otrabalho.org.br | R$ 4,00 (solidário R$ 5,00) nº 773 – 23 de setembro a 7 de outubro de 2015




# 3 DE OUTUBRO, ÀS RUAS: ABAIXO O AJUSTE, DEFESA DO MANDATO POPULAR!

**Partido**
Pacote econômico, o que diz o PT?
**pág. 4**

**Luta de classe**
CUT rechaça novo pacote fiscal
**pág. 7**

**Novo Pacote**
Mais um passo para o desastre
**pág. 9**

**Grã-Gretanha**
A vitória de Jeremy Corbyn
**pág. 11**

# Alunos do ensino médio sob ordens militares

## Avança em Goiás a militarização de colégios estaduais

Por meio da Lei n° 14.050/2001, o governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), vem promovendo a militarização de colégios estaduais, cuja gestão foi repassada da Secretaria de Educação (SEDUC) para a Secretaria de Segurança Pública (SSP-GO).

Em tais colégios, o diretor é da Polícia Militar, os professores não têm autonomia didática, o sindicato fica na dependência da boa vontade da chefia para poder se reunir com os trabalhadores e não há autorização para montar grêmios, o que fere até mesmo a Lei de Diretrizes Básicas (LDB) e Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Nas escolas militarizadas, ocorre a redução da quantidade de turmas, com o fim do turno noturno, o que reduz a quantidade de vagas para a comunidade (metade das vagas são destinadas a filhos de militares),e obriga os professores a buscarem outros colégios para reporem sua renda.

Alunos de escola militarizada, uniformizados, ouvem o vice-governador

### Multas por "desvios de conduta"

Nessas escolas, se ensina que o golpe de 64 foi uma revolução, os alunos são obrigados a comprar uniformes e complementos (cintos, brasões, divisas, bolsas, carteiras, sapatos, marias-chiquinha,etc.) que custam por volta de R$150,00, pois tudo é padronizado, como o corte e a arrumação dos cabelos (sempre presos nas meninas, sempre curto nos meninos) e a forma de andar (marcha).

Em várias delas existem taxas (matricula, segunda chamada, etc., recentemente proibidas pelo Ministério Público de Goiás). Os alunos são multados por "desvio de conduta", atraso, etc., e há promoção e prêmios por "boa conduta".

O comandante tem poder discricionário (quer dizer, pode tomar atitudes sem ter que justificar para ninguém no momento), e é comum o castigo físico e psicológico. Além disso, segundo o próprio comandante da PM-GO, Cel. Nonato, o risco de ser "preso" é sempre presente, o que gera um clima de terror constante.

Os colégios militarizados funcionam de maneira semelhante a uma Organização Social: têm dotação orçamentária própria, os profissionais são contratados pela própria instituição, e seus salários são pagos de acordo com seus diversos órgãos de origem (SEDUC, SSP, comissionados); todos têm metas a serem cumpridas (quantidade de matrículas, de aprovação, notas) e as verbas são recebidas de acordo com seu cumprimento, que também servem de critério para determinar complementos salariais.

Até 2014, havia por volta de 30 colégios militarizados. A novidade em 2015 é que agora estão sendo militarizadas escolas que vinham funcionando normalmente e sem nenhum tipo de problema de segurança (uma das desculpas da SSP para a militarização), e inclusive onde os profissionais tinham tido atuação importante na última greve.

O objetivo do governo é chegar no final do ano com 46 escolas militarizadas.

Quando fica cada vez mais evidente a necessária luta pela desmilitarização da PM –responsável pelo verdadeiro genocídio da juventude das periferias em nosso país - o governador de Goiás quer entregar o comando dos colégios públicos a essa instituição que é herança da ditadura militar!

É urgente uma campanha nacional. O movimento estudantil e os sindicatos da educação estão chamados a iniciar uma luta contra a militarização das escolas.

**Correspondente**

### MILITARIZAÇÃO E PRIVATIZAÇÃO

O governador Perillo, que já entregou gestão da Saúde às Organizações Sociais (OSs), anuncia a transferência da gestão da rede estadual de educação para as OSs. Segundo o Jornal Opção, "o modelo a ser implantado vai seguir o padrão das Charter Schools americanas", ou seja, escolas repassadas para a gestão da "sociedade civil" (privatizadas) e financiadas por contrato de gestão firmado com entes públicos e privados, com base nos resultados das metas fixadas no contrato.

Para o governador, "os funcionários do Estado contratados pelo regime celetista rendem mais pelo simples fato de serem substituídos por profissionais no mercado se não corresponderem às expectativas da sociedade em desempenhar um trabalho de qualidade". É uma ofensiva contra o serviço público, contra os jovens que querem educação pública e contra os trabalhadores e seus direitos.

Este novo ataque vem depois que, em abril de 2015, o Supremo Tribunal Federal (STF) recusou a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) do PT e do PDT, movida 16 anos antes, em 1999, contra a Lei 9.637/1998, que instituiu a figura das Organizações Sociais (OSs) na Administração Pública brasileira.

As OSs, instrumentos da privatização, são vendidas como o suprassumo da participação popular (conselhos gestores), que esconde, na verdade, o "direito" dos gestores privados (sociedade civil) de promover a flexibilização do regime jurídico público-estatal, sob o pretexto de atingir, como diz o governador de Goiás, "níveis de eficiência correlatos aos do setor privado".

Não será preciso esperar para que o povo goiano veja o resultado deste carnaval privatizador. O sistema de saúde passa por grave crise, pois as OSs investem apenas nos serviços lucrativos. Desde 2013 se desenrola a novela da implantação de novos leitos de UTIs que a Organização Social IDTECH se recusa a implementar sob a alegação de que o estado não repassa as verbas para esta função. Refém da OS, o povo de Goiás segue sem direito ao acesso às UTIs e à saúde em geral.

# Legalização vai facilitar ação dos traficantes

## Votação no STF pode agravar o problema das drogas

Segue em votação no Supremo Tribunal Federal (STF) o julgamento da descriminalização do porte de drogas. O voto do ministro Barroso coloca claramente que o objetivo é chegar na legalização. Afinal, as portas devem estar abertas para o melhor mercado do capitalismo em crise, mesmo que à custa da destruição de números cada vez maiores de jovens.

O argumento mais enganador é o de que, hoje, uma massa de usuários é empurrada para o sistema penal enquanto aguardam audiência com juiz (que é quem analisa, baseado em uma série de critérios, se o porte era para uso pessoal). É certo que nenhum usuário de drogas deveria passar meses preso, vítima da lentidão da justiça, ao invés de estar tendo acesso a tratamento. Mas dados do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo mostram que de cada quatro apreensões em flagrante, três são mantidas após apreciação do juiz, o que indica que cresceu o número de prisão de traficantes com pequenas quantidades.

Uma decisão do STF descriminalizando o porte vai permitir às redes do crime organizado ampliar a pulverização da distribuição e venda.

Esse será, para Ronaldo Laranjeira, presidente da Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina, o principal resultado: "o aumento da disponibilidade de entorpecentes no Brasil, facilitando a ação dos traficantes e alimentando o crime organizado, assim como criando um enorme problema de saúde pública."(OESP)

Ele lembra o que está acontecendo no Colorado (EUA) que legalizou a maconha em 2012: cresceu o uso de entorpecentes por menores, até mesmo crianças consumindo doces com maconha.

**Priscilla Chandretti**

# "Acorda, Dilma!"

A Federação Única dos Petroleiros (FUP--CUT), em campanha salarial, realiza assembleias na sua base, preparando uma greve por tempo indeterminado: "É greve, como a de 1995" (no governo do PSDB, quando os petroleiros pararam em todo o país, contra a privatização da Petrobras). "Acorda, Dilma" é a chamada do boletim da FUP, que alerta: "Nenhum direito a menos, trabalhadores não aceitam, arrocho, nem golpe". Os petroleiros lutam contra o desmonte da Petrobras, promovido pela direção da empresa, nomeada por Dilma.

Em 14 de setembro, o governo anunciou um novo pacote para cobrir o déficit de 30 bilhões do orçamento e garantir um superávit fiscal primário. Mais uma vez, com medidas que sacrificam os interesses dos trabalhadores e da nação, em benefício do capital financeiro. Dois dias depois, a direção da Central Única dos Trabalhadores (CUT), adotou uma resolução: "No seu conjunto, o pacote prolonga a política de ajuste fiscal, que provoca recessão e não crescimento econômico, como saída para a crise". A Central afirma que "o enfrentamento da atual política econômica e da ofensiva conservadora se dará com os trabalhadores e o povo nas ruas, pressionando o governo e o Congresso e preparando a greve geral que a Central pretende discutir em outubro no CONCUT" (entre 13 e 17 de outubro).

Do lado de lá da barricada, os porta-vozes diretos do imperialismo, elevam a temperatura. O PSDB, em conluio com setores ditos aliados do governo, como o PMDB, articulam, seja por que meio for, o "Fora Dilma". Esse caldo foi engrossado por manifestações "à esquerda", como do PSTU/Conlutas.

## DIA 3 DE OUTUBRO OS TRABALHADORES VOLTAM ÀS RUAS

A situação é gravíssima! O país está sob ameaça de viver um retrocesso ainda maior, com uma conjugação de forças na qual a política do governo de ataques à sua base social, revigora os que querem retirar conquistas sociais e avançar a ofensiva contra os trabalhadores, como a reforma da previdência, a flexibilização do mercado de trabalho e o fim da política de recuperação do salário mínimo.

Mas os trabalhadores, através de suas organizações, como mostram a FUP e a CUT, não abandonaram a cena, estão e se mostram dispostos a defender, num só movimento, seus interesses e derrotar a ofensiva reacionária.

E o PT, o que faz sua direção?

Em contradição com a base social do partido, a cúpula se dobra ao novo pacote e se cala frente à guerra para desmoralizar e quebrar o PT. Novamente não reage à altura diante da condenação de João Vaccari Neto, mais uma aberração da manipulada Operação Lava Jato, na esteira da fraudulenta Ação Penal 470. Os porta-vozes do imperialismo, além de atacar o governo – que finalmente está aplicando uma política adequada aos seus interesses – querem, sobretudo, destruir o PT. Para eles, é preciso aniquilar a confiança dos trabalhadores em sua capacidade de construir um partido para fazer frente à ofensiva imperialista e transformar a ordem política, social e econômica do país.

Mas os trabalhadores não foram derrotados e mandam um alerta aos que pretendem falar em seu nome: "acordem"!

"O PT de volta para a classe trabalhadora", é o que discutem os sindicalistas petistas, em apoio ao Manifesto assinado pelos 31 dirigentes da CUT, distribuído no 5º Congresso do PT.

Os trabalhadores estão de pé e voltarão às ruas em 3 de outubro nas manifestações chamadas pela Frente Brasil Popular, no dia nacional de mobilização "Em defesa da democracia, de uma nova política econômica e dos direitos do povo brasileiro sobre o Petróleo".

"Acorda, Dilma"! Dia 3 estará nas ruas a única força capaz de barrar a ofensiva e fazer valer o mandato popular que lhe foi dado.

**SEJA UM ASSINANTE!**

O TRABALHO

1º DE MAIO

EDITORIAL

O Jornal O Trabalho faz um convite a todos os nossos leitores, antigos e novos, para que se tornem assinantes de nossa imprensa. Com uma assinatura, você recebe no endereço de sua preferência 12 ou 24 edições do jornal, além de ter acesso às matérias na íntegra na internet.

Dessa forma, tem acesso garantido e freqüente a um conteúdo produzido por trabalhadores e jovens comprometidos com o movimento operário e com a luta pelo socialismo. Em um momento de crise política, em que as mídias tradicionais mostram escancaradamente seu caráter burguês e a democratização da comunicação se mostra urgente, o Jornal O Trabalho se apresenta como um veículo que, há 37 anos, busca apresentar o acontecimento sob a ótica dos interesses dos trabalhadores. Isso só é possível porque, desde nossa fundação, nos guiamos pelo princípio de depender financeiramente apenas dos próprios trabalhadores. Isto é, para nós, um motivo de orgulho: nossa independência financeira, base para a independência editorial. As condições de se manter economicamente se dão em grande parte graças aos assinantes. Por isso, o convite a fazer uma assinatura é também um pedido para que ajude a garantir a existência independente do nosso jornal.

Acesse: http://otrabalho.org.br/category/produtos

## Memória

### RESISTÊNCIA DOS SEM-TERRA EM RONDA ALTA

Passado o prazo dado pelo representante da ditadura junto aos agricultores sem terra acampados na Encruzilhada Natalino, município de Ronda Alta (RS), o coronel Curió, permaneceram ainda no local reivindicando uma solução para o seu problema cerca de 300 famílias das quase 500 que havia em julho. Durante um mês inteiro o coronel esteve no local com um forte aparato repressivo – cerca de 60 policiais – na tentativa de intimidar os sem-terra a que aceitassem deslocar-se para um outro estado. A resistência dos agricultores marcou mais uma derrota da ditadura, incapaz de resolver o problema da falta de terra para os trabalhadores do campo. (...)

O Trabalho nº 122 – 9/9/1981

O TRABALHO

A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores

Os planos do governo contra os trabalhadores:

DESEMPREGO

MISÉRIA

MANOBRA

E os trabalhadores preparam seu Dia Nacional de Luta para 1º de Outubro

ANULADO JULGAMENTO DE LULA Pág. 2

Congresso do DCE-Livre da USP: Vitória da democracia no movimento estudantil Pág. 5

**Quem somos**

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel deste então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: "um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo". É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

**Site**: www.otrabalho.org.br **Facebook**: www.facebook.com/jornalotrabalho

**Arte**: Mariana Waechter

# O que o PT tem a dizer?

## A legítima defesa é exigir de Dilma tirar Levy e sua política

A Executiva Nacional do PT, reunida dia 17 fez o contrário do que devia: apoiou o novo pacote de "ajuste", com a única ressalva da "falta de diálogo prévio", ressalva que a única outra entidade representativa que apoiou em nota o pacote - a Federação Nacional dos Bancos - não se deu ao trabalho de reclamar disso, talvez porque Levy está lá.

A nota de Rui Falcão chega ao disparate de dizer que "prevaleceu não sacrificar os programas sociais". Um dirigente alinhado explicou: "virei governista porque não dá pra defender Dilma com 'Fora Levy', o povo não entende, temos que recuar prá salvar o governo".

É complicado, é verdade. Mas acaso o povo entende de que serve salvar Dilma, se é para continuar a desastrosa política de Levy!? A julgar pelos 7% de popularidade, isso não entende mesmo.

A maioria da Executiva estava assustada, alguns perto do pânico, com a "marcha batida ao impeachment" na Câmara. A conclusão era não criticar, senão Dilma cai pela "relação de forças". Um erro que ignora aonde se mede a verdadeira relação de forças, que não é nesse Congresso, mas nas ruas, à condição de mobilizar a força social que elegeu Dilma no 2o turno, cada vez mais difícil com essa política.

A partir da esquerda: Wellington Dias, governador do Piauí, Falcão, Lula e Fernando Moraes

A resolução foi adotada por 11 contra 4 votos da Mensagem, Art.de Esquerda e Militância Socialista, num projeto que corretamente denunciava a "opção do governo por um ajuste recessivo", mas era fraco nas conclusões, pois falava de passagem do superávit primário e não localizava o papel de Temer e do PMDB, criticando em geral "as diferentes frações da classe dominante".

### Conselho Consultivo chuta o balde

Não durou 4 dias a linha genial da Executiva!

Dia 21 era a 1a reunião do Conselho Consultivo da Presidência do PT, criado por decisão do 5o Congresso. Composto por Lula e outros ex-dirigentes, lideranças, intelectuais petistas e amigos do PT, como conselho não delibera, é tudo encaminhado ao Diretório.

A imprensa de plantão resumiu bem o teor a maioria das falas. "Conselho do PT ataca medidas de Dilma em primeira reunião", manchetou O Globo (22/09), por exemplo.

A fala mais clara e contundente foi de um intelectual: "a solução é institucional, o presidente do PT deve ir lá dizer prá Dilma mudar de política econômica. E se não mudar? Tem que passar para a oposição. Não vou jogar fora metade da minha vida que passei lutando pelo projeto e deixar esse legado para os netos."

É uma situação de limite que se aproxima. "Time que perde, faz gol contra e ainda agride a torcida não dá", disse uma liderança responsável.

Testemunhos há que já chegaram à presidente propostas de mudança na economia - juros, cortes, credito e investimento, etc. - assim como do que se diz nas fábricas; "mentira e traição".

Alguma das principais lideranças do PT dizem que "talvez a ameaça de impeachment mude a presidente".

A julgar por informações disponíveis na reunião, a decisão do presidente da Câmara, Cunha (PMDB), é por em votação o pedido de impeachment nas próximas semanas, se não na próxima. A conta de votos prováveis é preocupante e o rito, por maioria simples, já começa afastando a presidente para o processo.

Se, como parece, isso for verdade, para o PT - atacado de todos os lados, mas impedido de mobilizar para se defender e defender o mandato popular - chegou a hora de exigir em alto e bom som, face ao povo e ao governo, a mudança que começa pela derrubada dos juros e o fim do superávit!

**João Alfredo Luna**

## "Brigando de vez com a base social"

**"Estamos cortando R$ 3,8 bi da saúde. Estamos cortando investimentos. A economia está desacelerando. Nós estamos em recessão. Cortar investimentos, isso é criminoso. E estamos novamente penalizando os servidores públicos. E não estamos entrando na grande questão. Vai piorar a situação econômica. Vai aprofundar a recessão econômica e não vai resolver o problema da dívida", (...) com os cortes, vai acabar aprofundando a recessão e aumentando a crise política. Agora, nós vamos brigar de vez com nossa base social, com os movimentos sociais". (senador do PT-RJ, Lindbergh Farias, sobre o novo pacote.**

# Liberdade para Vaccari!

## Em defesa do PT, é urgente combater as manipulações da Operação Lava Jato

O poderoso juiz Sérgio Moro, condenou, sem provas, a 15 anos de prisão, o companheiro João Vaccari Neto, ex-tesoureiro do PT. Mais uma aberração dessa operação montada para atacar o PT.

Vaccari é acusado de receber contribuições para o PT de empresas envolvidas na Lava Jato, as mesmas que doaram às campanhas eleitorais de outros partidos.

Moro, ídolo dos setores mais reacionários que têm se manifestado nas ruas, em sua sentença de condenação, afirmou que "a corrupção gerou impacto no processo político e democrático, contaminando-o com recursos criminosos, o que reputo especialmente reprovável". O financiamento empresarial que não começou nos governos do PT, que irriga todos os partidos, é responsável, em grande medida, pela corrupção. Os tesoureiros dos demais partidos que receberam das mesmas empresas não são condenados, sequer citados, mas Vaccari está preso porque é do PT!

Até 17 de setembro de 2015, quando o Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional a doação de empresas aos partidos, o financiamento empresarial era considerado legal. Reprovável politicamente num partido dos trabalhadores, isso não pode servir, como serviu no caso do PT, para condenar seu tesoureiro. Na campanha eleitoral de 2014, por exemplo, as doações da Odebrecht e da UTC (duas empresas investigadas na Lava Jato) à campanha do PSDB, foram maiores que à campanha do PT. Mas ninguém ouve, vê ou lê o juiz Moro reputar "especialmente reprovável" as doações feitas ao PSDB. Ao contrário, na Operação Lava Jato, tudo é seletivo. As informações vazadas e as acobertadas. Como foi denunciado, a da Polícia Federal do Paraná "cobriu com tarjas pretas o nome do senador José Serra (PSDB-SP) no relatório do 'Código Odebrecht' (247 Paraná).

E eles pretendem ir em frente. O procurador da República, Carlos Fernando dos Santos Lima, outro bam-bam-bam da Lava Jato, disse à imprensa: "Quando falamos que estamos investigando esquema de compra de apoio político para o governo federal através de corrupção, estamos dizendo que os casos Mensalão, Petrolão e Eletronuclear são todos conexos porque dentro deles está a mesma organização criminosa e as pessoas ligadas aos partidos políticos. Não tenho dúvida nenhuma de que todos ligados à Casa Civil do governo Lula, tudo foi originado dentro da Casa Civil."

Está passando da hora! A direção do partido não pode mais assistir passivamente a este processo de criminalização do PT. Uma campanha pela liberdade para Vaccari, denunciando as manipulações, pode ser um começo dessa reação necessária.

DIÁLOGO E
23 de setembro a 7 de outubro 2015

# AÇÃO PETISTA

"AGIR COMO O PT AGIA!"

PT

# Comunicado aos aderentes do DAP

## Chamado aos grupo de  base para o calendário de lutas

A Secretaria do Comitê nacional do Diálogo e Ação Petista (DAP, reunida no último dia 21, tirou um comunicado aos grupos de base que chama à luta: "nenhum petista vai se conformar com o curso dos acontecimentos, nem deve esperar alguma proteção para o governo neste Congresso.

A defesa do mandato popular passa pela mudança da política econômica-com o fim do ajuste Renan-Levy, os movimentos de rua e o apoio às mobilizações dos trabalhadores e oprimidos são o único caminho para assegurar os interesses populares e a própria continuidade do PT.

Os Grupos de Base do DAP devem se reunir nas próximas semanas. Eles são fatores conscientes neste momento de turbulência, agrupando os petistas que não aceitam a passividade e discursos vazios. Eles devem discutir, além das questões locais:

- o Manifesto dos Sindicalistas ao Congresso do PT, divulgando a Moção por um Encontro Nacional de Sindicalistas, ainda neste ano, proposta de uma reunião de 45 sindicalistas em SP e de outras reuniões no país.

- acompanhar e ajudar como for possível a greve dos petroleiros em defesa das suas reivindicações, do regime de partilha e da Petrobras.

- participar dos Atos de 3 de outubro (2 de outubro no RJ), de lançamento da Frente Brasil Popular nas capitais, levantando nossas bandeiras.

A Secretaria do Comitê Nacional do DAP confirma a convocação do Comitê Nacional para o dia 17 de outubro, logo após o Congresso da CUT, onde a questão da greve geral será discutida por proposta de sua direção. É fundamental discutir a situação política".

# Reuniões apóiam encontro de sindicalistas

## Proposta se apóia no manifesto dos 31 petistas da Executiva Nacional da CUT

Apoiados no manifesto distribuído no 5º Congresso do PT encabeçado pelos dirigentes petistas da CUT, os grupos de base do Diálogo e Ação Petista,estão ajudando a organizar reuniões com sindicalistas para discutir a situação do país e do partido. Como conclusão as reuniões têm se manifestado pela realização de um encontro de sindicalistas petistas, com uma moção aos encabeçadores do manifesto (ver box).

**BAIXADA SANTISTA (SP)**

Em debate promovido pelo DAP, dia 29 de agosto, petistas do movimento sindical na Baixada Santista manifestaram apoio à moção que pede um encontro nacional de sindicalistas.

Com o tema "O PT de volta à classe trabalhadora" e com a presença do novo secretário de Mobilização da CUT Estadual, João Batista Gomes, os companheiros discutiram o manifesto de sindicalistas.

Luiz Augusto, portuário aposentado e diretor do Sintapi (Aposentados e Pensionistas) questionou: "Como um governo que diz ter compromisso social coloca um banqueiro para ministro da Fazenda?"

Bartolomeu, do Núcleo Contra o Racismo do PT, constatou: "A resistência que estamos fazendo agora é a mesma que enfrentamos na fundação do PT".

Alberto Higino, do Núcleo do Porto do PT, afirmou que o partido tem que impor seu programa para o governo. Flávio Simões, metalúrgico aposentado, foi direto: "O Programa de Proteção ao Emprego (PPE) é contra os trabalhadores".

Glauco Braga, diretor do Sindicato Jornalistas de São Paulo, declarou: "Sempre votei no PT e imaginava condições melhores que essas quando o partido estivesse no poder".

Paulo Francisco, trabalhador da CET, pondera: "Não há partido igual ao PT. O partido ainda engloba dentro de si vários movimentos populares. Mas as bases precisam se agrupar para ser ouvidas. Por isso, vejo com satisfação a atuação do DAP". Ana Luíza Farias Seixas sintetiza: "Temos que escolher um lado, o do trabalhador".

**VALE DO PARAÍBA (SP)**

Em duas reuniões na sede do PT de São José dos Campos (29 de agosto e 19 de setembro), sindicalistas petistas aprovaram o manifesto dos sindicalistas, "O PT de volta para os trabalhadores", e se posicionaram pela realização de um encontro nacional de sindicalistas do PT ainda neste ano.

Participaram das reuniões cerca de 30 militantes. O presidente do PT de São José dos Campos, Giba, aplaudiu a iniciativa do Diálogo e Ação Petista: "Nunca tivemos tanta necessidade de ter reuniões como essa. O PT é o espírito coletivo da classe. Momento difícil. O PT precisa voltar a ser ousado." Nas reuniões, houve consenso quanto à necessidade de defender o PT e a CUT como conquistas da classe trabalhadora e do povo brasileiro, e na exigência a Dilma que mude de política para defender o mandato e fazer o golpismo recuar.

Na segunda reunião, o novo pacote fiscal de Dilma foi considerado "indefensável". "Golpe já estamos levando, precisamo defender o PT, ir às ruas dizer 'fora Levy' e colocar em xeque este Congresso reacionário", disse um companheiro.

O DAP do Vale do Paraíba também decidiu participar ativamente do Dia Nacional de Mobilização, em 3 de outubro, e apoiar a perspectiva de greve geral indicada pela CUT.

Cerca de 400 pessoas participaram de caminhada promovida pelo Sindipetro Litoral Paulista, em defesa da Petrobrás e contra o desinvestimento na empresa. Petistas e sindicalistas da CUT marcaram presença. O ato foi uma decisão do debate promovido pelo DAP sobre o manifesto de sindicalistas distribuído no 5º Congresso do PT. É o PT de volta à classe trabalhadora!

**Aos 31 companheiros petistas da Executiva Nacional da CUT:**

**Reunidos dia __/___/___ em _____ discutimos o Manifesto de Sindicalistas CUTistas e PeTistas "O PT de volta para a classe trabalhadora", apresentado aos delegados do 5o. Congresso Nacional do PT.**
**Sugerimos aos companheiros a convocação de um Encontro Nacional de Sindicalistas do PT onde possamos continuar a discussão proposta neste Manifesto.**

**ENVIAR PARA: juliano@cut.org.br e alex.sgreccia@cut.org.br**

# HSBC, um roubo contra o Brasil

O HSBC, banco inglês, comprou o Bamerindus, banco brasileiro, com sede em Curitiba, por R$ 1,00, durante o governo FHC. Depois de ter enviado mais de R$ 30 bilhões para Londres, está para ser vendido ao Bradesco e abocanhar mais R$ 18 bilhões. O HSBC foi o grande operador de remessas ilícitas de dinheiro brasileiro ao exterior, segundo as denúncias do Swissleaks.

A venda, inaceitável diante das denúncias, terá um enorme impacto entre os trabalhadores paranaenses. São seis mil bancários do HSBC, só em Curitiba, que estão com os empregos ameaçados. A prefeitura de Curitiba perderá anualmente R$ 85 milhões de ISS, sem contar a falência de todo o comércio em torno das grandes agências do banco.

O DAP de Curitiba defende: nenhuma venda até o esclarecimento das denúncias, ressarcimento integral dos prejuízos causados ao país, nenhum emprego a menos!

# CUT rechaça novo pacote fiscal do governo

## Executiva Nacional da central pauta greve geral para o CONCUT

Em 15 de setembro, um dia após o anúncio do novo pacote fiscal enviado pelo governo Dilma ao Congresso Nacional, realizou-se em São Paulo um ato, diante da FIESP na Avenida Paulista, das categorias em campanha salarial que reuniu 2 mil manifestantes. Na ocasião, foi dada a posse à nova direção da CUT/SP, encabeçada pelo professor Douglas Izzo.

Dentre os oradores dos sindicatos em campanha salarial num cenário de demissões e chantagens dos patrões,falou Paulo Zocchi, recém-eleito presidente do Sindicato dos Jornalistas, que denunciou a onda de demissões nos meios de comunicação, inclusive nos "jornalões" que fazem histérica campanha para derrubar Dilma e contra o PT. Dirigentes metalúrgicos falaram da greve na Ford (ABC) e o secretário de mobilização da CUT-SP, Joãozinho (municipais) conclamou a participação de todos nas mobilizações chamadas para 3 de outubro da Frente Brasil Popular (ver matéria abaixo).

Em seu discurso, o presidente nacional da CUT, Vagner Freitas, depois de denunciar o caráter anti-trabalhador do governo Alckmin, bateu no pacote fiscal por prolongar a "filosofia e orientação da política econômica regressiva e recessiva" que a Central vem combatendo desde o início do ano.

### Resolução da Executiva nacional da CUT

Em sua última reunião antes do 12º CONCUT (13 a 16 de outubro), a Executiva nacional da central discutiu o novo pacote fiscal, seu impacto na crise econômica e política em curso, e o engajamento da CUT na Frente Brasil Popular. Na resolução adotada, podemos ler:

"A insistência por parte do governo federal no aprofundamento das políticas de "austeridade" para gerar superávit primário (destinado a pagar banqueiros e especuladores de títulos da dívida pública) é confirmada pelo conteúdo global desse pacote e tem sido a moeda de troca exigida pelo empresariado para continuar apoiando o governo. Os setores que apostam neste tipo de política que já aguçou a crise com meio milhão de empregos perdidos e uma recessão prolongada, são os mesmos interessados em rebaixar salários e retirar direitos, fragilizar os sindicatos, para criar condições para um modelo econômico que amplie as desigualdades sociais, faça novas entregas do patrimônio público, diminua a proteção social, reduzindo ao mínimo as funções do Estado e colocando o país numa situação de subordinação aos interesses das corporações multinacionais.

O enfrentamento da atual política econômica e da ofensiva conservadora se dará com os trabalhadores e o povo nas ruas, pressionando o governo e o Congresso e preparando a greve geral que a Central pretende discutir em outubro no CONCUT."

Sim, é uma necessidade pautar a discussão da greve geral, partindo da unificação das campanhas salariais, da luta em defesa da Petrobras e da democracia, contra a política de ajuste fiscal que ataca empregos, salários e direitos da classe trabalhadora. Este é o grande desafio para o 12º CONCUT!

**Julio Turra**

# Ajuste fiscal contra os servidores públicos

## Governo muda proposta negociada e aprovada pela categoria

Em 11 de setembro, no quadro de uma duríssima campanha salarial, grande parte dos servidores federais aceitou uma proposta do governo com reajustes bastante modestos: 5,5% em janeiro de 2016 e 5% em janeiro de 2017.

No entanto, no dia 14, caiu na cabeça da categoria o novo pacote que ataca duramente os serviços públicos e, entre outras medidas, muda a proposta que já estava aprovada, transferindo a primeira parcela do reajuste de janeiro para agosto de 2016. Com isso, o governo pretende "economizar" R$ 7 bi que vão direto para a especulação financeira.

O caráter destruidor de serviço público desse pacote também fica visível na tentativa de extinguir o chamado abono permanência. Esse abono isenta do pagamento da contribuição previdenciária (no valor de 11% do salário) o servidor que já adquiriu o direito de se aposentar, mas continua trabalhando. Sem esse incentivo, haverá grande número de aposentadorias, abrindo vagas que deveriam ser preenchidas de imediato. Mas como o pacote também suspendeu os concursos públicos, isso vai significar a redução drástica do número de servidores ativos, levando-nos de volta aos patamares do governo FHC, defensor do "estado mínimo!".

Servidores se manifestam em Brasília

Apoiando-se na posição da CUT, que condenou o pacote, os servidores federais buscam o caminho da mobilização para exigir que o governo volte atrás e garanta as condições propostas na mesa de negociação e já aprovadas por vários setores da categoria.

Em alguns casos, a atitude do governo constitui uma verdadeira chantagem, pois a imposição do adiamento do reajuste vem com a ameaça de que, se não for aceita, implica na derrubada de outros itens do acordo, como o reajuste dos benefícios (vale-alimentação, creche, auxílio-saúde) e a incorporação ao salário das gratificações de desempenho. Este último ponto é crucial para cerca de 200 mil servidores, aposentados ou em vias de se aposentar, porque sua adoção significará a reconquista da paridade ativo-aposentado-pensionista, retirada nas reformas da previdência.

Nas reuniões, assembleias e plenárias que discutem a resposta da categoria, ganha importância a convocação dos servidores, junto com suas entidades, para os atos de 3 de outubro, de lançamento da Frente Brasil Popular, que tem como um dos pontos a mudança da atual política econômica, portanto, a rejeição da obsessão do governo de fazer superávits primários para entregar recursos aos especuladores.

**Edison Cardoni**

# Categorias realizam ato unificado

## Trabalhadores em campanha salarial se manifestaram em frente à FIESP, em São Paulo

10 mil trabalhadores de várias categorias em campanha salarial,ocuparam a Av. Paulista em 15 de setembro. Metalúrgicos, químicos, bancários, servidores, petroleiros, professores, todos enfrentam forte intransigência dos patrões que alegam a crise para não atender as reivindicações.

Rafael Marques, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, disse que "os patrões querem tirar cláusulas fundamentais da convenção coletiva".

Segundo Juvândia M. Leite, presidente do Sindicato dos Bancários, os banqueiros "não querem dar aumento salarial para seus trabalhadores e não contribuem com o desenvolvimento do país".

Cibele Vieira, em nome dos petroleiros, disse que a categoria caminha "para uma mobilização como a de 1995", em alusão à greve, na era FHC, contra a privatização da Petrobras.

No ato, tomou posse a nova direção da CUT- SP. Para o novo presidente, Douglas Izzo, o ato era "um recado aos patrões e governos: os trabalhadores não vão pagar pela crise".

O presidente nacional da CUT, Vagner Freitas disse que o pacote anunciado, na véspera, pelo governo federal vai em "sentido contrário das propostas da CUT" e, ainda, "o pacote dialoga com a política do Levy, que é uma política de recessão, de corte e não de investimento, de corte nos direitos dos trabalhadores".

O lema da campanha salarial unificadat é "Em defesa da democracia, do emprego e do salário".

# Greve nos Correios

## Construir a unidade para enfrentar a intransigência da ECT

A campanha salarial dos ecetistas começou com muita enrolação da direção da Empresa para responder a pauta de reivindicações da categoria, não respeitando inclusive o calendário de negociações discutido. Na FENTECT (Federação dos Correios filiada à CUT) há um quadro de fragmentação, uma divisão em blocos de forças políticas, um verdadeiro "parlamento de tendências" que traz como conseqüência a falta de unidade de ação dos sindicatos.

Assim a direção faz o jogo que é parte da estratégia da ECT: dividir a categoria para chegar até o Tribunal Superior do Trabalho (TST) nas campanhas salariais e aplicar o dissídio coletivo.

Hoje 15 sindicatos estão em greve contra a proposta apresentada na mediação com o TST e a direção da empresa. Essa proposta não faz reposição salarial das perdas inflacionarias, cria um abono de R$ 150,00 sem garantia de incorporação, propõe uma comissão para discutir o plano de saúde sem garantia nenhuma de que a empresa não fará mudanças no plano, suspende concurso público e estabelece um prazo extremamente longo para implantar a entrega matutina.

Alguns diretores da Federação vêm se posicionando em defesa de que os sindicatos possam assinar o acordo isoladamente com a direção da empresa. Tal posição é um erro gravíssimo, pois rompe com o quadro de uma categoria nacional.

Neste sentido, defendemos nas assembléias de base que FENTECT não pode se posicionar por acordos individuais de sindicatos. Somos uma categoria nacional e é a FENTECT que deve dirigir a negociação junto com o comando de base!

**Rene Munaro**

# Petroleiros preparam mobilização

## Assembleias de base aprovam indicativo de greve

Boletim da FUP

Os petroleiros, em campanha salarial, colocaram no centro a defesa da Petrobrás contra o desmonte da empresa, comandado pelo presidente Bendini.

O boletim "Primeira Mão" da Federação Única dos Petroleiros (FUP-CUT), destaca nesta semana "É greve! como 1995" e diz "Acorda Dilma".

Na linha de contenção de despesas, a diretoria da Petrobras aprovou um corte de cerca de cinco mil funcionários terceirizados, para satisfazer a "fome do mercado". Agora está em discussão um plano de reestruturação para enxugar Petrobras, ou seja, mais demissões. Política que parece combinada com a Operação Lava Jato, que visa favorecer a revisão do marco regulatório nas áreas do Pré-sal. Essa ofensiva vem também via José Serra do PSDB que quer votar seu PLS no Senado que quebra o regime da partilha no Pré-Sal.

### Negociações

A diretoria da Petrobras enviou à categoria uma proposta de itens econômicos, onde nem sequer repõe inflação, congela vários direitos trabalhistas, além de desmembrar as negociações entre as empresas do sistema. O que a FUP se nega a discutir e se concentra na defesa da Petrobras e exigência de Mesa Única de Negociação.

A assembleias de petroleiros em todo país aprovaram indicativo de greve. No fechamento desta edição o Conselho Deliberativo da FUP estava reunido para discutir os encaminhamentos. E o alerta está dado: "Acorda, Dilma".

**João B.Gomes**

# Governo gaúcho aprova aumento de ICMS

## Com forte esquema policial contra servidores, projeto passa por um voto de diferença

Neste 23 de setembro, a Assembleia Legislativa gaúcha, cercada por forte e repressão policial, aprovou por 27 votos a 26, o aumento das alíquotas de ICMS para gasolina, energia, telefonia e bebidas por três anos. Aprovou também outras medidas que fazem parte do ajuste do governador Sartori (PMDB), frente à crise financeira do Estado. Ainda serão votadas uma "Lei de Responsabilidade Fiscal Estadual" que endurece ainda mais a LRF federal e uma série de privatizações e extinções.

Sartori pretende cobrir assim, parte de um déficit anual de R$ 5 bilhões, mas o pagamento da dívida com a União segue sendo realizado, inclusive através de bloqueios das contas do Estado, como ocorreu em agosto e neste mês.

No dia anterior ocorreu o dia estadual de paralisação e mobilização, chamado pela CUT/RS e a Coordenação dos sindicados dos servidores com atos e passeatas na capital e outras cidades.

Parte desse pacote havia sido votada, dias antes, com a Assembleia Legislativa cercada por um forte aparato policial e com portas fechadas, onde foi aprovada uma reforma da previdência que retira direitos dos novos servidores.

Nessa votação, as bancadas do PT e do PSOL, atendendo ao pedido da CUT e dos sindicatos de servidores, que realizavam um ato do lado de fora, se retiraram da sessão. Os parlamentares justificaram sua saída pois "nenhum deputado pode votar, o que quer que seja cercado pela polícia e com as galerias fechadas ".

As votações se deram em meio a chantagem permanente do governador. Ou aprova suas medidas, ou manteria o atraso dos salários. A Coordenação dos sindicatos dos servidores vai discutir um calendário de novas mobilizações.

Na semana anterior, o vice-presidente do Sindisepe (Sindicato dos Servidores Públicos, filiado à CUT), Rogério da Silva Ramos foi assassinado numa parada de ônibus, o sindicato acredita na hipótese de latrocínio (roubo seguido de morte). A Coordenação dos sindicatos dos servidores está acompanhando as investigações.

**Laércio Barbosa**

## Aonde vai a Conlutas-PSTU?

### Sectarismo cego contra o PT e Dilma

A Conlutas com outras entidades, PSTU, PCB e outros grupos, puxou uma "Marcha Nacional dos Trabalhadores", com caravanas a São Paulo, dia 18, que reuniu 10 mil.

Convocada contra o ajuste do governo terminou dominada por faixas dos organizadores contra ou fora "Dilma-PT".

Em nome deles, Paulo Barela, da executiva nacional da CSP-Conlutas, chamou "a construir a greve geral no Brasil contra Dilma e contra a burguesia". Entrevistado, respondeu que "a marcha não defende diretamente o impeachment, mas não descarta a abreviação do mandado por outros meios. 'Pode ser parando o País com a greve geral, eleições gerais, uma nova Constituinte ou uma ação direta'" (OESP 19/9).

Assim, o PSTU joga na ambiguidade do que "não descarta", seja pela greve, eleições "gerais" ou Constituinte, a saber, tirar Dilma do governo no momento em que não tem, nem para propaganda, o que por no lugar. Mas a direita tem!

O PSTU boicotou o Plebiscito Popular da Constituinte quando ela estava na ordem do dia do país, mas aderiu à bandeira quando o Estadão, em editorial (também 19/9), cogita uma Constituinte, no caso, para realizar o programa golpista. Mesmo dia em que o ex-petista Hélio Bicudo, defende o impeachment com Temer organizando "eleições gerais".

Assim, o PSTU arrisca repetir o erro de outros esquerdistas, como na derrubada de Aristide no Haiti ou na deposição de Chávez na Venezuela: ficar do lado errado da barricada.

# A questão da Constituinte hoje

## Encontro em Belo Horizonte debate a luta diante da nova conjuntura

Um ano depois do vitorioso plebiscito por uma Constituinte Soberana e Exclusiva do Sistema Político, reuniu-se em Belo Horizonte o Encontro Nacional Popular pela Constituinte. No plebiscito realizado durante a semana da pátria em 2014, dos 7.754.436 votos coletados, 97% disseram sim à Constituinte do Sistema Político.

Em 4 de setembro, em Belo Horizonte, cerca de 800 militantes da campanha, vindos de 19 estados, reuniram-se na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Em pauta, a discussão – em plenária e grupos - de como integrar a continuidade da luta pela Constituinte para fazer a necessária reforma política, diante de uma nova conjuntura que coloca no centro a luta pela mudança da política econômica, para livrar o país das consequências da política de ajuste comandada por Levy.

Plenária do encontro em Belo Horizonte

A discussão mostrou a necessidade de manter a luta pela Constituinte do Sistema Político, única saída para a situação aberta em 2013 que escancarou a crise de representatividade das atuais instituições do país, levando em conta que na nova situação, ela deve se desenvolver no interior das mobilizações por outra política econômica.

Em nome da CUT, Julio Turra destacou a importância da discussão, "numa conjuntura pautada pela questão da reforma política - que não vai sair de dentro do Congresso - e diante da crise política, social, econômica e institucional no Brasil que se aprofunda. Com esse Congresso não dá, a prova está no Eduardo Cunha". O manifesto adotado no encontro afirma "o retrógado Sistema Político brasileiro e a política econômica recessiva estão nas raízes da atual crise política e econômica, a campanha se mobilizará para combater a contrarreforma em curso, impulsionada por amplos setores conservadores do Congresso Nacional e se somará às lutas contra o ajuste fiscal e a retirada de direitos representada pela Agenda Brasil", em referência ao plano Renan/Levy anunciado à época.

A atividade ocorreu um dia antes da plenária da Frente Brasil Popular (FBP) e discutiu levar à FBP a necessidade de integrar em sua plataforma a bandeira da Constituinte do Sistema Político, ausente em função da posição contrária do PCdoB (ver pag. 9). Essa batalha continua. Agora é integrar as atividades da FBP, prosseguindo o combate pela saída política diante da crise geral das instituições.

**Misa Boito**

# Cunha ataca de novo

## Em nova votação, Câmara reintroduz financiamento empresarial de campanha

Em 9 de setembro, a Câmara Federal derrubou a versão do projeto aprovado no Senado, que proibia a doação empresarial para as campanhas eleitorais. Foi aprovado o relatório de Rodrigo Maia (DEM-RJ) – nomeado relator por Eduardo Cunha – que restabelecia o projeto da mal chamada reforma política, na verdade uma contrarreforma eleitoral, anteriormente aprovado pela Câmara, que constitucionaliza a doação empresarial.

Um destaque ao relatório, apresentado pelo PT, proibindo tais doações, foi derrotado por 285 a 180. As empresas poderão doar aos partidos que repassarão as doações – sem ter que identificar os doadores – às suas candidaturas.

Assim, uma vez mais, a maioria de deputados do Congresso, o mais reacionário desde 1964, mostra que não está disposta a largar o osso. Tudo faz para preservar os seus privilégios e os interesses dos que financiam suas caríssimas campanhas.

### Veta, Dilma!

A contrarreforma eleitoral deve ser sancionada pela presidente Dilma. Para valer já para as eleições de 2016 ela deve ser sancionada até 2 de outubro. Uma semana depois dessa votação o Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional a doação empresarial (ver abaixo).

A presidente Dilma podia dar uma dentro e vetar esta contrarreforma que só vai agravar as já graves distorções da representatividade no Congresso Nacional.

# Gilmar Mendes, o porta-voz do PSDB

## Ministro usa STF para fazer política e atacar o PT

Depois de ser engavetado pelo ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes, por um ano e cinco meses, o julgamento da ação judicial da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), que propõe proibir a doação empresarial aos partidos políticos, foi terminado no último dia 17.

Gilmar Mendes, defensor da manutenção da doação empresarial aos partidos, foi derrotado por 8 votos a 3. O STF julgou inconstitucional o financiamento empresarial às campanhas eleitorais. Derrotado, Gilmar Mendes, não se deu por vencido e saiu atirando contra o PT.

Dois dias depois do julgamento, após participar de um seminário da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), o ministro Gilmar deu declarações à imprensa com graves acusações contra o PT. Como quem acusa o PT de ser responsável pela introdução da corrupção no país, disse: "o que se instalou no país nesses últimos anos e está sendo revelado na Operação Lava Jato, é um modelo de governança corrupta, algo que merece o nome claro de cleptocracia" (termo de origem grega que significa governo de ladrões). Ele continua: "veja o que fizeram com a Petrobras. É por isso que defendem com tanta força as estatais." Como seus amigos tucanos, Gilmar Mendes revela sua sanha privatista e, por certo, está apostando que a Operação Lava Jato, além de criminalizar o PT, abra a porta para acabar com o regime da partilha no Pré-Sal.

Com desenvoltura, o ministro do STF, agindo claramente em defesa de interesses políticos, revela, na verdade, o quanto essa reacionária onda "moralizante" está a serviço de interesses econômicos.

## Última Hora

No fechamento dessa edição, recebemos um manifesto, assinado por entidades sindicais, partidos, movimentos, intelectuais e personalidades democráticas, em solidariedade a João Pedro Stédile em repúdio à agressão contra esse companheiro. Citamos trecho do manifesto, ao qual nos associamos.

"Na noite do dia 22 de setembro, uma claque com aproximadamente 30 reacionários bradando gritos de ódio e diversos xingamentos atacou e agrediu o companheiro Stédile, que acabava de chegar no Aeroporto Pinto Martins, em Fortaleza – Ceará, convidado por diversas entidades para participar de um Congresso Sindical e de uma atividade sobre Reforma Política e combate à Corrupção. A ação comandada pelo empresário do ramo imobiliário Paulo Angelim, militante do Partido da Social Democracia Brasileira, PSDB, revela o que há de mais conservador e retrógrado na sociedade brasileira: um ódio de classe, antigo e anacrônico, muito semelhante ao do fascismo.

Não à toa, o grupo de reacionários que realizou esta ação é o mesmo bando que tem impulsionado manifestações golpistas em Fortaleza no intuito de interromper o mandato da presidenta Dilma Rousseff, desrespeitando o voto popular e rompendo com a legalidade democrática no país. Temos convicção de que a agressão sofrida pelo companheiro Stédile não se limita a um ataque individual, ou somente ao MST. Esta agressão só pode ser compreendida como parte de uma ofensiva conservadora da direita na sociedade que busca criminalizar e intimidar todos/as aqueles/as que lutam por um Brasil justo e soberano".

# Frente Brasil Popular convoca mobilização em 3 de outubro!

## Lançada em 5 de setembro "em defesa da democracia e de outra política econômica"

Numa conferência nacional e popular que reuniu mais de 2 mil representantes de centrais sindicais, movimentos populares, organizações da juventude, partidos e personalidades democráticas, foi lançada em Belo Horizonte, em 5 de setembro, a Frente Brasil Popular (FBP).

Na véspera, dia 4, reuniu-se o Encontro Nacional e Popular pela Constituinte, com mais de 800 participantes, que reafirmou a continuidade da campanha pela Constituinte do Sistema Político (ver pag. 8).Os dois eventos tiveram a participação de entidades nacionais, como a CUT, MST, CMP, CONEN, MAB e MPA, organizações de jovens, como a Juventude Revolução e o Levante, além do PT e Consulta Popular. As organizações ligadas ao PCdoB (como CTB e UNE), participaram apenas da conferência da FBP, à qual

Plenária da Frente Brasil Popular em Belo Horizonte

também se somaram parlamentares e dirigentes de outros partidos e correntes, intelectuais e jornalistas.

### O debate e as decisões tomadas

No debate, introduzido por Stédile (MST) na plenária de abertura e prosseguido nos grupos de trabalho, destacou-se o contraste entre a posição expressa por oradores do PCdoB e entidades por ele influenciadas – concentrando tudo na defesa da legalidade institucional ("não vai ter golpe!") – e a posição de quase todas as outras organizações que, fiéis à convocatória do evento, associavam a defesa do mandato popular dado a Dilma com a luta pela mudança da política econômica de "ajuste fiscal",a qual vem corroendo as bases de sustentação popular de seu governo.

No ato político de encerramento, o senador Lindbergh (PT-RJ) foi enfático na crítica ao "Plano Levy", da mesma forma que o ex-governador Tarso Genro (PT-RS) e o senador Requião (PMDB-PR) que disse: "Dilma, os 54 milhões que votaram em você não foi para aplicar a política dos banqueiros".

Os documentos adotados – Manifesto e Compromissos da Frente (ver em frentebrasilpopular.com.br)– estão eixados na "defesa da democracia, dos direitos e por outra política econômica", o que permite à FBP evoluir como frente única anti-imperialista, não de forma natural, mas a partir de um combate político no seu interior. A proposta de estruturação da FBP foi remetida para uma reunião em 26 de setembro em São Paulo, mas desde já ela vem sendo lançada em vários estados.

A principal decisão de ação foi a convocação de atos em todo o país em 3 de outubro (aniversário da Petrobras) com os eixos "Em defesa da democracia, de uma nova política econômica e dos direitos do povo brasileiro sobre o petróleo". Em Niterói, diante da onda de demissões nos estaleiros ,por proposta da FUP (petroleiros) e CNM-CUT (metalúrgicos), o ato será em 2 de outubro.

A hora é agora, vamos à luta!

**Correspondente**

# Mais um passo para o desastre

## De pacote em pacote, mais sacrifício para o povo

O novo pacote do governo foi anunciado em 14 de setembro, pelos ministros Levy e Barbosa como uma "necessidade de compartilhar o esforço por todos os setores da sociedade".

Nada mais falso.

Mais uma vez, trabalhadores, servidores públicos e a população que depende dos serviços públicos serão os grandes prejudicados. E os banqueiros e especuladores, ainda que não totalmente satisfeitos (eles sempre querem mais!), seguem no lucro, por isso a Febraban (Federação Brasileira de Bancos) aplaudiu.

Afinal, o objetivo central deste pacote, como os dos meses anteriores, segue sendo a geração de "superávit primário": ou seja, economizar para pagar juros, cortando-se gastos e elevando-se impostos aqui e ali; mas o gasto principal do orçamento – juros e serviços da dívida pública fica intocado. Ou melhor, este é o único gasto que cresce.

As operações do Bacen com elevação da Selic e swap cambial fizeram o governo registrar um gasto a ser pago de R$ 290 bilhões – o dobro do ano passado no mesmo período. Dinheiro sendo transferido à especulação financeira. Apenas para comparar: os gastos totais com Saúde e da Educação juntos não chegam a R$ 200 bilhões.

### Medidas para atender o capital financeiro

As 16 medidas do pacote visam economizar R$ 64 bilhões. Isso objetivaria compensar o déficit de R$ 30 bilhões acumulados neste ano – o que foi causado pelo próprio Plano Levy. Desde o começo do ano, ele vem cortando gastos públicos e elevando a Selic. Ambas as políticas enfraqueceram a economia. Com a primeira, empresas deixaram de ser contratadas pelo governo, investimentos produtivos deixaram de ser tomados por empresários que, com a segunda medida, passaram, ao invés, a especular com os juros mais altos. Menos emprego e renda foram gerados, menos impostos recolhidos e mais juros vem sendo pagos. Quanto mais ajuste/austeridade, mais déficit! O atual pacote segue a espiral...

Para cortar R$ 26 bilhões em 2016, o governo atrasará o reajuste (já abaixo da inflação) dos servidores públicos de janeiro para agosto de 2016 e a suspenderá concursos públicos. Tentará também acabar com o abono permanência.

O resto da economia será feito com aumento de impostos -- reduzindo benefícios fiscais e recriando a CPMF.

Nada disso seria necessário: tais R$ 64 bilhões poderiam ser obtidos apenas reduzindo em 3 pontos percentuais a taxa Selic! Ou seja, reduzindo o que se deve aos banqueiros e especuladores.

A Executiva Nacional do PT e certos comentaristas defensores do pacote alegam que ele supostamente pouparia a área social. Mas isso infelizmente não procede.

Primeiro porque as áreas sociais já foram cortadas nos pacotes anteriores – no primeiro semestre --, quando as áreas de Saúde, Educação e mesmo programas como o Minha Casa Minha Vida tiveram suas verbas fortemente atingidas. Segundo porque os ataques aos servidores enfraquecem os serviços prestados à população de um modo geral. Por exemplo, várias universidades, escolas técnicas e hospitais públicos estão precisando urgentemente contratar funcionários e não poderão mais.

Por fim o ajuste do governo federal atinge também os governos estaduais e municipais. A recessão tem reduzido os impostos locais e a União fechou a torneira dos empréstimos e reduziu as transferências federais. Estados como o RS não estão sequer honrando compromissos como o pagamento de salario de servidores. O DF está aumentando impostos e tarifas de serviços.

**Alberto Handfas**

## Onde querem chegar

**Em seminário do PSDB,. Armínio Fraga, ex-Banco Central de FHC e assessor de Aécio, defendeu "mudanças radicais no Estado; o fim de todas as vinculações orçamentárias, estudar o fim da estabilidade do funcionalismo público e a mudança radical na governança das estatais". O economista Samuel Pessoa propôs articular no Congresso, uma frente em torno de tal agenda para desmontar o estrago feito nos governos do PT". É mais e mais pressão sobre o governo que, quanto recua, mais eles exigem. A saída é fazer o contrário do que eles querem — e que Levy procura entregar. É multiplicar muito os gastos sociais, cortar totalmente os juros e centralizar o câmbio e mobilizar o povo que certamente defenderá tais medidas contra os banqueiros e especuladores.**

# União Europeia contra os refugiados

## Chanceler Angela Merkel usa refugiados para flexibilizar direitos

A imprensa repercute todos os dias cenas aterrorizantes de milhares de refugiados que chegam a Europa em condições desumanas. Em sua maioria, são trabalhadores qualificados com suas famílias que fogem da fome, guerras e violência. Essa eclosão de episódios dramáticos vividos pelos refugiados evoca as lembranças mais sombriasdas atrocidades cometidas contra a população de toda a Europa durante a Segunda Guerra Mundial: acampamentos de lona, mortes por asfixia, milhares andando quilômetros a pé e atravessando o mar, em busca de abrigo e comida. De fato, o que a imprensa e os governos da União Europeia (UE) chamam hoje de "crise de migrantes", de "crise humanitária", é a expressão da política de guerra contra os povos de todo o mundo, aplicada por esses mesmos governos que se dizem humanistas e solidários ao drama dos refugiados. Pois foram os EUA e os governos da UE que financiaram governos e grupos mafiosos na Síria, Líbia, Iraque, Somália, jogando uns contra os outros, para ampliar os conflitos, impedindo a população de se organizar. Assim, o capital financeiro e as multinacionais disputam com mais vantagens as matérias-primas, o petróleo e o mercado dessas regiões.

Merkel responde à "crise dos refugiados" com a "flexibilidade alemã"

### O futuro dos refugiados se liga ao dos trabalhadores europeus

Agora, a UE monta um verdadeiro dispositivo de guerra contra as dezenas de milhares de refugiados que chegam à Europa e insufla as divisões sociais, a xenofobia, contrapondo a ajuda aos refugiados às políticas sociais pela justificativa da crise econômica, do ajuste fiscal, do "déficit orçamentário zero".

O jornal alemão "Soziale Politik & Demokratie", tribuna de discussão política operária independente de militantes operários e sindicalistas, tem exposto o cinismo e a brutalidade contra os refugiados das propostas da coalizão que governa o país, encabeçada pela chanceler Angela Merkel. Merkel quer responder à "crise dos refugiados" pela "flexibilidade alemã". O jornal explica: "a 'flexibilidade alemã' quer dizer, para Merkel, a retirada de todos os dispositivos de proteção para os refugiados. Tudo deve ser revisto: as normas para a moradia, para a alimentação, para a prevenção de incêndios (!)" para ajudar a conter os custos, uma economia que o governo não fez para ajudar os bancos emprestando a estes dinheiro de maneira "flexível". O governo anunciou que a ajuda aos refugiados sairá do seguro-desemprego. Nesse contexto político, bandos de extrema direita organizam ataques e incendeiam os locais em que se abrigam refugiados.

Merkel diz que recebe de bom grado os refugiados que são trabalhadores qualificados e motivados, como os sírios. Isso porque as grandes empresas querem integrar esses trabalhadores no processo de exploração e redução do custo de trabalho, submetendo-os a regimes de trabalho aquém e por fora das convenções coletivas nacionais, o que ajuda a promover o rebaixamento de todos os salários. Mais um aspecto da "flexibilidade" de Merkel.

A UE e Merkel não querem receber os refugiados que chegam a Europa por necessidade econômica. Essa semana, assistiu-se ao fechamento das fronteiras entre a Sérvia e a Hungria que dão acesso à UE, também entre a Hungria e a Áustria, entre a Alemanha e a Áustria. O governo da Grã-Bretanha diz que não se sente obrigado a aderir à política de asilo da UE. O governo francês, de François Hollande (PS), disse que receberia 24 mil refugiados e faria uma seleção para decidir quem teria direito ao asilo. A livre circulação de mão-de-obra útil para garantir os lucros das multinacionais e do capital financeiro é desejável. Empresas como Michelin, Total, Peugeot se propõem a subvencionar abrigos para refugiados. Mas a livre circulação de pessoas que fogem da guerra, essa não é aceitável.

A União Europeia, e seus governos, têm cada vez mais dificuldade de administrar essa situação dramática, o que pode fazer explodir suas instituições. É aqui que o futuro dos refugiados se encontra com o futuro dos povos europeus.

**Francine Iegelski**

# O que revelam as eleições de 20 de setembro na Grécia

## Cada um viu o que queria ver, mas... sem realmente acreditar

Os mesmos dirigentes europeus que, em 13 de julho, impuseram ao povo grego as exigências do capital financeiro, "felicitaram Tsipras por sua reeleição e, sobretudo, incitaram-no a cumprir as promessas de respeitar o memorando (acordo com credores, NdT). A Comissão Europeia disse-lhe para 'não perder tempo'"(jornal Les Echos, 22.09).

François Hollande – que ajudou ativamente a estrangular a Grécia - viu, na vitória do Syriza, "uma mensagem importante para a esquerda europeia confirmando que seu futuro está na afirmação dos seus princípios: o progresso, o crescimento, mas também o realismo".

O vice-presidente do Partido da Esquerda Europeia (PGE) viu no resultado "uma mensagem de confiança no combate engajado contra a austeridade (…). Os gregos mostram hoje a toda Europa que eles continuam o combate. Eles agora têm clara consciência das dificuldades que vão enfrentar, mas eles querem continuar a batalha com o Syriza."

### Quem eles pensam que enganam?

Os 35% dos votos obtidos pelo Syriza fez toda essa gente esquecer os 46% de abstenção, num país onde o voto é obrigatório. É a rejeição não apenas do Pasok (partido "socialista"), da Nova Democracia (direita) e, hoje, do Syriza, mas de todo o sistema institucional do Estado grego.

A quem os representantes europeus do capital financeiro pensam que vão enganar ao fingir que acreditam que Tsipras dispõe dos meios para controlar a tempestade que a aplicação do memorando vai desencadear?

Hoje, não adianta nada condenar Tsipras por não ter rompido com a União Europeia e seus tratados. Não é seu programa. No poder desde 25 de janeiro de 2015, ele sabia que os bancos organizavam metodicamente a fuga de capitais para Londres e Berlim, a serviço dos armadores, dos capitalistas, dos latifundiários.

Ele conhecia seus nomes, os laços que os uniam ao sistema de clãs dos partidos. Ele conhecia os bens que eles dispunham no país (imóveis). Ele calou sobre suas maquinações para preservá-los da cólera popular.

Ele fez de tudo para que a ideia de expropriá-los, de neutralizá-los, não germinasse no seio das massas. Ele fez de tudo para encenar sua ilusória "negociação" com o Eurogrupo que excluía o confronto das massas exploradas com o capital.

Ora, é sobre esse elo - que coloca a questão da ação concreta das massas para neutralizar os sabotadores, expropriar os expropriadores - que repetidas vezes se concentrou a ruptura efetiva com a União Europeia.

Se há uma mensagem que a eleição grega envia aos povos da Europa é esta: a da construção da força política capaz, no seio da classe operária, de erguer os pontos de apoio que permitam a luta da classes se desenvolver em cada país para derrotar os governos subordinados ao capital financeiro e lançar as bases do poder da maioria, do poder dos trabalhadores.

**(artigo extraído do jornal Informações Operárias, do Partido Operário Independente da França)**

# Grã-Bretanha: a eleição de Jeremy Corbyn

## Resistência da classe operária é a base da avassaladora vitória do novo presidente do Partido Trabalhista

Jeremy Corbyn foi eleito, em 12 de setembro, presidente do Labour Party (LP) – o Partido Trabalhista britânico –, ao obter 60% dos votos, ao fim de três meses de eleições primárias no partido. Em seguida à derrota histórica do LP nas eleições gerais de maio de 2015, Ed Miliband, então presidente do partido, renunciou e abriu caminho para que fosse renovada a direção em eleição interna.

Essa eleição marca, de um lado, a vontade de resistência da classe operária britânica, que se agarrou a seu partido tradicional, em particular por meio dos sindicatos, membros plenos do LP, para exprimir essa resistência. Mas é também a marca da crise considerável que o imperialismo britânico enfrenta.

Foi um verdadeiro tsunami que levou Corbyn à direção do LP. Com 60% dos votos, esmagou seus três adversários, entre os quais Liz Kendall, representante dos "blairistas" (a ala direita do partido, que recebe o nome do ex-dirigente e primeiro-ministro Tony Blair), que obteve 4,5% dos votos.

Deputado do norte de Londres desde 1983 e membro do sindicato Unison de Islington, Corbyn pertence à ala de esquerda reformista do LP. É conhecido por sua postura contra a Otan, as armas nucleares e a guerra. É também dirigente da coalizão "Stop the War" (Pare a Guerra), apoiada por sindicatos, que organizou manifestações contra a invasão do Iraque

Londres, julho de 2015, piquete durante greve de metroviário

e durante a última ofensiva de Israel contra Gaza. Corbyn assinou ainda o chamado pelo fim do bloqueio a Gaza, lançado pelo PT da Argélia e pela UGTA (União Geral dos Trabalhadores Argelinos).

Corbyn pronunciou-se pela anulação dos cortes orçamentários impostos pelo governo de David Cameron, pela tributação dos bancos e dos mais ricos, pela reestatização das ferrovias e contra a privatização dos correios e da previdência social. Ele se opôs, assim como a maioria dos sindicatos, ao novo projeto de lei antissindical apresentado pelo governo.

### Forte apoio sindical

Até 2010, os membros de um sindicato aderente ao LP (o que era o caso da maioria) tinham o direito automático de voto na eleição interna do partido. Com a reforma eleitoral interna, os membros dos sindicatos tiveram de se recadastrar para votar. E, para minimizar a participação da base do partido, principalmente sindical, a reforma incluiu o voto para os simpatizantes, desde que pagassem 3 libras (cerca de R$ 20). No entanto, 100 mil novos filiados filiaram-se ao partido. Contra todo o dispositivo de bloqueio da direção, 600 mil participaram das primárias.

Enormes multidões foram aos comícios de Corbyn, especialmente jovens. Em três meses, realizam-se 99 atividades de campanha, atraindo 50 mil pessoas. Corbyn recebeu o apoio dos sindicatos Unite (setor privado), o maior da Grã-Bretanha, e Unison (servidores), o segundo maior, entre vários outros.

Essa eleição é também expressão da profunda crise que o imperialismo britânico enfrenta. A crise que assola a União Europeia (UE) levou Cameron a propor um referendo sobre saída da UE. Abriu, assim, uma crise em seu próprio partido, no qual parcela significativa quer ir além da renegociação e sair da UE. Sobre esse assunto, Corbyn disse que deseja que o LP "trabalhe com nossos aliados europeus para implementar uma agenda de reformas que beneficiem os europeus comuns em todo o continente. (…) Isso não significa sair, mas lutar juntos, no interior, por uma Europa melhor".

Do ponto de vista da classe operária, apesar das leis antissindicais que restringem o direito de greve – nunca contestadas pelos governos do LP –, pela primeira vez em anos a confederação TUC convocou uma jornada nacional de manifestações, em outubro de 2014, por aumentos de salários e contra os cortes no orçamento. Isso ocorreu após uma greve nacional por aumentos salariais, organizada pela Unison e por vários sindicatos do serviço público, que reuniu de 1 milhão a 2 milhões de manifestantes em julho de 2014.

A campanha e a vitória de Corbyn expressam esse movimento de resistência da classe operária e da juventude contra a política dos sucessivos governos. Corbyn disse que vai manter suas promessas... em 2020, se o LP ganhar as eleições. A classe operária e a juventude britânica certamente não vai esperar até 2020.

**Correspondente**

# Avança a luta dos trabalhadores árabes em Israel

## Campanha consegue uma primeira vitória

O Sindicato dos Trabalhadores Árabes da cidade de Nazaré (Arab Workers Union – AWU) obteve uma primeira vitória em sua campanha em defesa dos assalariados de empresas israelenses de telemarketing, ao conseguir a adesão em peso dos trabalhadores (tanto judeus quanto árabes) ao pedido de reconhecimento dos comitês sindicais nas empresas. O sindicato desenvolve essa campanha desde que três companhias de telecomunicações demitiram 16 trabalhadores palestinos por razões políticas e impediram a constituição dos comitês (leia em OT-772).

Em 13 de setembro, os integrantes do AWU foram às portas das empresas, com um abaixo-assinado que exigia o reconhecimento dos comi-

Reunião de trabalhadores de telemarketing

tês. Entre 240 trabalhadores, 187 assinaram o apelo. Tendo obtido o apoio de mais de dois terços dos funcionários, as empresas são obrigadas legalmente a reconhecer os comitês sindicais e a negociar as reivindicações apresentadas pelo sindicato: pagamento de horas extras às sextas e sábados, direito a licença médica e a férias anuais, direito a licença-maternidade para as trabalhadoras, entre outras.

Para os advogados do AWU, trata-se do segundo resultado no âmbito jurídico, pois na semana anterior haviam conseguido o pagamento dos salários dos trabalhadores que fizeram greve em solidariedade aos demitidos. O secretário-geral da entidade, Wehbé Badarne, agradeceu o apoio internacional à campanha, afirmando que esse trabalho "prosseguirá, tanto em nível de organização quanto em nível jurídico, apesar do alto custo da ação judicial".

As moções de apoio ao sindicato continuam sendo necessárias, bem como as contribuições financeiras para custear a ação. Do Brasil, já manifestaram apoio: a Condsef (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal), o Sinpro-ABC e o 14º Congresso Estadual da CUT de São Paulo.

- **Site do AWU: arab.workers.un**
- **Envio de moções para: arab.workers.union48@gmail.com**
- **Dados para a remessa de contribuição:**

**Agência bancária:**
**Bank Leumi Le Israel B.M.;**
**Swift Code: LUMIILITTLV;**
**Routing Number: IL010794;**
**Número da conta: 15988-47;**
**Nome do beneficiário:**
**Arab Workers Union in Israel;**
**Iban: IL670340020000001598847**

# Saiu o calendário de O Trabalho - 2016!

## O tema é o centenário do livro de Lenin "Imperialismo, fase superior do capitalismo"

Ano após ano, uma certeza é que os militantes da Corrente O Trabalho do PT vão procurar os leitores do nosso jornal, nossos amigos e todos que reconhecem a importância de nosso combate junto ao movimento operário, oferecendo nosso calendário.

Tradição de décadas, motivo de orgulhos da militância, nossa campanha financeira não é apenas a venda de um belo calendário. É um pedido de apoio material para a luta de uma organização política de trabalhadores que combate pela independência de classe do movimento operário e pela revolução proletária.

Para nós o ditado que afirma "quem paga a banda, escolhe a música" tem muito significado. É um princípio que não abrimos mão: a independência política só existe com independência financeira. Dirigimo-nos aos trabalhadores, aos jovens, aos militantes com os quais combatemos na luta da nossa classe, para pedir uma contribuição para seguirmos existindo e lutando. Não dependemos de dinheiro de empresas, do Estado, de ONGs e outros "esquemas". Orgulhamos-nos de depender única e exclusivamente dos recursos vindos dos nossos militantes e de todos que reconhecem nosso combate.

### Imperialismo contra os povos!

Cem anos após a publicação do livro de Lênin, o tema do calendário busca nas suas páginas reafirmar a elaboração marxista.

O capitalismo em sua fase de decadência imperialista mostra a sua face: migrações jogam milhares de refugiados, seres humanos de diferentes nações, ao relento, à fome e à morte. Não é algo "natural", mas produto da política de pilhagem econômica, de "guerra ao terror" de "guerras humanitárias" e outras invenções contra a soberania dos povos.

É também o desemprego crônico, a privatização e o pagamento da dívida pública que rouba os recursos dos Estados para colocar a serviço do sistema financeiro através do superávit primário e outros mecanismos de pilhagens.

Cem anos depois, continua mais atual do que nunca o que significa a sobrevivência do capitalismo, em sua fase imperialista analisada por Lenin, fase "reação em toda linha", de pilhagens e saqueio das nações, de ataques à classe trabalhadora, como vemos ocorrer em todo o mundo.

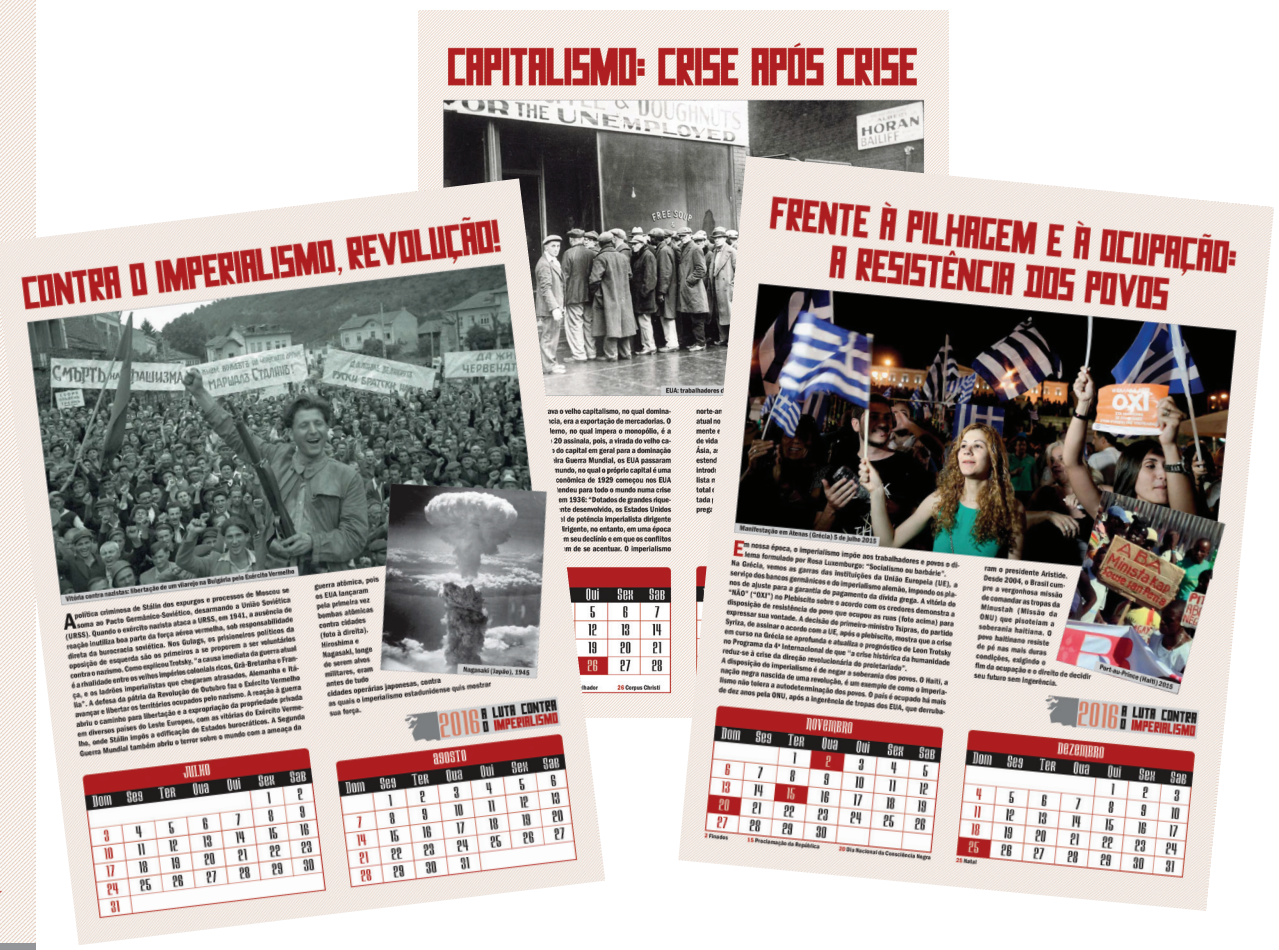
A alternativa formulada por Rosa Luxemburgo de "Socialismo ou Barbárie" é a questão de nossa época. A luta pelo fim da propriedade privada dos grandes meios de produção, pelo socialismo, é o único caminho para a humanidade. É para ajudar na construção desse caminho que pedimos apoio material.

### Contribua!

Adquira seu calendário e nos ajude a prosseguir na luta dos trabalhadores pela sua emancipação.

A Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional, pede seu apoio e reafirma seu compromisso com a defesa intransigente da independência dos trabalhadores e de suas organizações.

Capa do calendário "O Camarada Lênin varre a escória da terra"



O destaque da edição são os artigos dando conta da chegada ao poder na Grécia do Syriza, como fruto da oposição do povo grego aos planos de ajuste estrutural do FMI e da União Europeia, que devastam a economia do país em nome do pagamento da dívida com os credores.

**Preço: R$20,00**

Adquira seu exemplar com os militantes de O Trabalho

## Assine *O TRABALHO* PT

**Receba *O Trabalho* em sua casa, a cada quinzena**

12 edições: R$45,00 24 edições: R$90,00 24 edições Solidário: R$150,00

**A partir do nº** _____ **Nome:** _____

**Endereço:** _____

**Cidade:** _____ **Estado:** _____

**CEP:** _____ **Tel.:** _____

**E-mail:** _____

Peça sua assinatura por e-mail ou carta
Deposite na conta Banco do Brasil – Agência: 4055-X, C/C: 8894-3
Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 – CEP 03041-000 – São Paulo
Fone/fax: (11) 2613-2232